

PAISAGEM HISTÓRICA URBANA: CONTRIBUTOS DA CARTOGRAFIA PARA CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO E IDENTIDADE URBANAS DA FREGUESIA DE PARANHOS (PORTO)

MARIANA RAQUEL SALINO CARVALHO*

Resumo: *As cidades, como lugar de vida quotidiana, encontram-se em constante mutação e construção, constituindo um testemunho dos modos de vida passados e presente e aspirações da humanidade. Como tal, devem ser entendidas como uma manifestação do património cultural e um elemento identitário para a comunidade em constante ameaça pela sua acelerada transformação. O conhecimento aprofundado da estratigrafia urbana de cada cidade é essencial para que possam ser encontradas as soluções mais adequadas para a promoção de um desenvolvimento urbano sustentável e salvaguardar as características intrínsecas do local. A análise comparativa de fontes cartográficas, que registam a morfologia da cidade em diferentes momentos, permite compreender a estratigrafia urbana desse território, identificar as problemáticas da sua malha urbana e detetar os elementos mais relevantes para a evolução e morfologia da mesma.*

Palavras-chave: *cartografia; estratigrafia e morfologia urbana; elementos patrimoniais; Paranhos.*

Abstract: *Cities, as the place where the daily life happens, are in constant mutation and construction, and so they are a testimonial of Humanity's past and present ways of living and aspirations. Therefore, we should see them as a manifestation of cultural heritage and an element of the community's identity that is always being threaten by its own fast transformation. The in-depth knowledge of each city's urban stratigraphy becomes essential in order to find the most appropriate solutions for the promotion of sustainable urban development and preserve the intrinsic characteristics of the area. A comparative analysis of cartographic sources, that register the morphology of the city in different moments, allows to understand a stratigraphy of that territory, to identify the problems in its urban mesh and to detect the most relevant elements of its development and morphology.*

Keywords: *cartography; urban stratigraphy and morphology; heritage elements; Paranhos.*

PAISAGENS HISTÓRICAS URBANAS: COMPLEXIDADE E ABORDAGENS

A doutrina internacional sobre património tem vindo a indicar que as «áreas históricas urbanas estão entre as mais abundantes e diversas manifestações do nosso património cultural comum, moldadas por gerações e constituindo um testemunho-chave dos esforços e aspirações da humanidade através do espaço e do tempo». Aponta, ainda, que o seu «desenvolvimento rápido e muitas vezes descontrolado [...] poderá provocar a fragmentação e deterioração do património urbano com profundo impacto nos valores da comunidade»¹, defendendo, por isso, a urgência de investigação e planeamento que permita contrariar estas tendências.

* Mestre em História da Arte, Património e Cultura Visual pela FLUP. Email: marianacarvalho_29@hotmail.com.

¹ UNESCO, 2011: 2.

A definição alargada do conceito de paisagem histórica urbana² abarca os conjuntos históricos, isto é, espaços e grupos de construções aos quais se reconhece valor do ponto de vista «arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural»³, e ainda todos os elementos da estrutura urbana e infraestruturas, elementos naturais do lugar, práticas sociais e económicas e as dimensões intangíveis do património. Através desta definição facilmente se reconhece a complexidade deste tópico e consequente multiplicidade de abordagens necessárias à sua compreensão.

Também quando falamos do conceito de cidade, a dificuldade de o definir e estudar é consensual nos autores que se dedicaram ao tema. Chueca Goitia⁴ aponta que esta dificuldade reside na complexidade da cidade e na quantidade de saberes que se deveria dominar para conseguir estudá-la na sua plenitude. Indica um outro motivo que se relaciona com as sucessivas alterações do conceito ao longo do tempo e com o facto de estar intimamente relacionado com a cultura dos diferentes povos, entrecruzando-se claramente com o anterior conceito de paisagem histórica urbana e, como tal, com o património. Assim, este tema pode ser abordado segundo várias perspetivas e por diferentes áreas de saber, como a história, geografia, economia, política, sociologia, arte e arquitetura, o que resulta normalmente em abordagens parciais e complementares entre si.

Consideramos que o estudo e o debate do património inerente às paisagens históricas urbanas passa pela observação das dinâmicas de fixação da população e do seu reflexo na forma do território. Deste modo, admitimos a necessidade de desenvolver e utilizar metodologias que permitam compreender a forma e transformação da cidade, identificar os elementos e/ou motivos que influenciaram ou determinaram a sua evolução e alteração e, ao mesmo tempo, refletir acerca de problemáticas urbanas resultantes quer de planeamentos anteriores, quer das presenças atuais. Metodologias que devem ser adotadas nos estudos pluridisciplinares que segundo as recomendações internacionais⁵ devem preceder à planificação da salvaguarda das cidades, uma vez que permite «documentar o estado das áreas urbanas e a sua evolução, para facilitar a avaliação das propostas de mudança e para melhorar as competências e procedimentos de proteção e de gestão»⁶.

São vários os autores que têm vindo a dedicar-se à sistematização dos elementos que compõem a forma urbana e ao desenvolvimento de metodologias que permitam a sua análise. Neste âmbito, damos particular relevo à obra de Vítor Oliveira⁷

² UNESCO, 2011: 4.

³ UNESCO, 1976: 2.

⁴ CHUECA, 1968: 7.

⁵ ICOMOS, 1987: 2.

⁶ UNESCO, 2011: 7.

⁷ OLIVEIRA, 2016.

que nos apresenta a evolução geral destas metodologias com respetivos casos de estudo. À semelhança de Panerai⁸, o autor identifica os elementos que constituem o tecido urbano e, como tal, configuram cidade, ao mesmo tempo que esclarece como a análise destes elementos conduzem à caracterização da cidade e à com-preensão da sua forma e evolução. Este último oferece-nos uma perspectiva de análise que se foca na observação dos elementos da paisagem urbana em estudo *in loco*. Contudo, ambas as obras explanam e utilizam abordagens metodológicas fundamentadas na análise de fontes cartográficas da cidade. Aliás, já em *A Evolução das Formas urbanas de Lisboa e Porto nos séculos XIX e XX*⁹, o método para análise da forma e crescimento urbano utilizado pelo autor assenta essencialmente no estudo comparado de várias representações cartográficas das cidades em estudo.

Também a extensa obra de Ferreira de Almeida¹⁰ define a base teórica para a compreensão do território e, conseqüentemente, das suas transformações, segundo uma perspectiva histórica e de observação do território. Da sua obra destacamos as ideias de que a presença de recursos hídricos é determinante para a fixação de populações, o território paroquial se desenvolve em função da igreja e que os caminhos que levam a outras cidades, principalmente os que possuem uma componente de peregrinação, por serem mais movimentados, atraem a fixação de atividades sociais e económicas, como comércio e assistência, e, por conseguinte, o estabelecimento de população. Esta visão cruza-se com a conceção de Rossi de *elementos primários*, como «núcleos de agregação, [que participaram] de modo permanente na evolução da cidade no tempo»¹¹ e, assim, «monumentos e atividades fixas [...] capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, relacionando-os com um território mais vasto, são os elementos que caracterizam os processos de transformação espacial do território»¹². Da mesma forma, Panerai¹³ refere-se aos *elementos reguladores* do crescimento, distinguindo aqueles que o potenciam dos que, por outro lado, o limitam.

DELINEAR UM MÉTODO

De acordo com as metodologias supramencionadas, aentenda-se para estudar a sua paisagem histórica urbana e estabelecer a monografia desse determinado lugar. Propõe-se uma abordagem que cruza o olhar crítico sobre a porção

⁸ PANERAI, 1999.

⁹ OLIVEIRA, 2013.

¹⁰ Destaca-se os trabalhos mais relevantes para este assunto: ALMEIDA, 1981; ALMEIDA, 1986; ALMEIDA, 1988; ALMEIDA, 1995.

¹¹ ROSSI, 1966: 109.

¹² ROSSI, 1966: 111.

¹³ PANERAI, 1999: 59-67.

de território que se pretende estudar através da sua observação direta em trabalho de campo e a análise das fontes cartográficas disponíveis.

Desta forma, pretende-se ser capaz de traçar a história urbana, aprofundar o conhecimento da forma urbana, identificar problemas urbanos e contribuir para lhes encontrar soluções. Este estudo visa também reconhecer os elementos primários da área em estudo, sinalizando-os como património e compreendendo o seu papel para a comunidade, para que se possa preservá-los e contribuir para a sua manutenção como elementos identitários que continuam a fazer parte das dinâmicas da comunidade.

Como modelo de processo tomamos alguns casos de estudo que utilizam a análise cartográfica como principal elemento de trabalho. É o caso da anteriormente mencionada obra de Oliveira (2013), bem como outras desenvolvidas, por exemplo, por Sáinz Guerra¹⁴ e Maria José Casanova¹⁵. A autora justifica a utilização desta metodologia evidenciando as suas potencialidades:

Do ponto de vista dos arquitetos, o espaço da cidade é entendido enquanto problema de forma [...] apoiando-se na morfologia urbana como procedimento metodológico e instrumento de análise. [Como tal permite] identificar cronologias e períodos de implantação; detetar as relações entre a estrutura espacial e o sítio [...]; avaliar as relações entre estrutura, hierarquia de espaços públicos e circulação [...]; verificar usos; dimensões e orientações do construído; densidades de construção [...] identificação de áreas morfologicamente homogéneas ou distintas, relacionando períodos e modos de crescimento¹⁶.

Assim, a cartografia surge como principal fonte de trabalho e, como tal, precisamos considerar algumas das suas características e limitações.

Em primeiro lugar, qualquer carta de representação do território pode constituir um elemento de informação e portanto de análise. Como apontado anteriormente e defendido pelos vários autores mencionados, as paisagens históricas urbanas abrangem as características naturais do lugar. Desta forma, o estudo da morfologia urbana compreende todas as características do território, ou seja, abarca todas as características topográficas, como acidentes geográficos e rede hidrográfica. Assim, não nos podemos focar apenas nos aspetos artificiais urbanos da paisagem. Quando falamos de cartas topográficas, incluem-se também aquelas que no domínio da geografia sistematizam estes elementos, como cartas topográficas que incluam altimetria e hidrografia, constituição do solo ou vegetação.

¹⁴ SÁINZ GUERRA, 1989.

¹⁵ CASANOVA, 2015.

¹⁶ CASANOVA, 2015: 44-45.

Por outro lado, as fontes cartográficas acessíveis limitam a cronologia de estudo, para um tempo mais ou menos recente, dependendo do local que se quer estudar. Apesar de a representação de mapas já se realizar desde as civilizações antigas, não se aplicavam a qualquer parte do território, começando a surgir mais fontes de trabalho nos séculos XV e XVI. Precisamos atentar também que nem todas as fontes podem ser encaradas com a mesma seriedade, pois o seu contributo a nível de rigor evolui ao longo da história da cartografia. Esta transformação prende-se com o desenvolvimento «das técnicas de análise do território e da linguagem de reprodução do mesmo, como é o caso da utilização da curva de nível para representação topográfica a partir do século XIX»¹⁷ e a alteração da sua finalidade, pois inicialmente esta era realizada para fins militares ou de navegação marítima, mas «a partir de meados dos século XVIII e XIX, as preocupações urbanísticas introduzidas pelo crescimento demográfico e urbano, potenciados pela revolução industrial, são motivadoras de uma maior exigência de rigor cartográfico, quer para representação do existente como daquilo que se quer planear»¹⁸. Assim, as cartas começam a apresentar maior rigor, quer a nível de medida, quer a nível de representação, que sendo uniformizada deixa menos espaço a interpretações por parte do autor e do recetor, a focar porções de território mais reduzidas, aumentando a escala e o pormenor, e a existirem em maior quantidade.

Contudo, devemos ter em conta que, apesar do crescente rigor, a cartografia é sempre uma representação do território produzida pelo Homem, por isso é sempre resultado de uma interpretação e apropriação do objeto, sendo reapropriado e reinterpretado no processo de análise cartográfica.

Apoiamo-nos igualmente em fontes mais recentes que mostram a forma do território, como é o caso de fotografias aéreas e imagens e fotografias de satélite. Assumimos que o rigor de algum destes elementos possa ser pouco satisfatório, mas com a devida consideração estes podem contribuir positivamente para o objetivo que nos propomos.

Após a identificação das fontes cartográficas disponíveis para o estudo de um determinado território, a sua análise deve ser realizada através da sua observação, recorrendo a sucessivas comparações, sobreposições e edições como processo de pensamento, mas atentando igualmente nas suas mais-valias para a comunicação das observações e conclusões. Cremos que partir da fonte mais recente para a mais antiga evidencia as ausências existentes desta última, facilitando o processo de identificação das alterações que no hiato que separa as fontes se processaram. Defendemos que do ponto de vista da comunicação de resultados

¹⁷ CARVALHO, 2018: 67.

¹⁸ CARVALHO, 2018: 67.

é também mais empírico e inteligível fazê-lo de forma retrogressiva, uma vez que a comunidade se relaciona imediatamente com a forma atual, bem como com as mais recentes alterações urbanas. Não podemos esquecer que a melhor e mais atualizada fonte de análise do território é o próprio objeto de estudo, cuja observação deve também acompanhar o processo de análise cartográfica.

Contudo, esta análise não se faz sem complementar as observações do território e da cartografia com a consulta de documentos históricos, nomeadamente relativos a projetos urbanos, que contribuem para a confirmação/objeção/justificação das ilações formuladas. Só assim podemos datar com maior precisão as intervenções realizadas, evitando-se deduções erradas que a cartografia poderia induzir, quer pelos longos períodos que podem separar cada um dos elementos cartográficos, quer pelo processo demorado pelo qual se caracterizava a sua execução.

Para a sua análise devem ser observados os vários elementos topográficos e que constituem a malha urbana, que podem ser destacados com recurso a manchas de cor, por exemplo. Partindo de uma análise mais geral para elementos concretos, propomos a observação dos usos do solo, como a dualidade entre espaço construído e espaço natural, a existência de jardins, a distinção de focos residenciais, industriais ou de serviços e a definição dos espaços de circulação, bem como a sua relação com os elementos naturais do território. Também os elementos que se destacam pela sua dimensão, características ou isolamento devem ser considerados.

Depois da análise geral no contexto do território, esta deve ser completada com a observação de “unidades de paisagem”. Uma unidade de paisagem trata-se de «uma área de tamanho variável que se distingue pelas suas características, como a lógica de implantação, a tipologia, a função, a forma da malha urbana ou as características formais e materiais do edificado, podendo ter pontos em comum com outras unidades de paisagem»¹⁹. Maria José Casanova²⁰ ao definir o conceito, distingue três categorias de unidades de paisagem: as topológicas, definidas por relações de proximidade espacial; as morfológicas, que apresentam semelhanças pela localização em relação a elementos fundamentais da cidade; e as geográficas, por se encontrarem em lugares com características geográficas ou topográficas semelhantes. Acerca destas tecemos as seguintes considerações, acrescentando uma quarta categoria:

[...] a primeira categoria será a mais empírica para análise, pois tem como objeto de estudo uma porção de terreno contínuo, mas pode ser aquela em que as características não são tão uniformes. O segundo tipo agrega áreas próximas de elementos urbanos

¹⁹ CARVALHO, 2018: 82.

²⁰ CASANOVA, 2015: 193-194.

semelhantes, como por exemplo igrejas, estradas ou fábricas. Por fim, o terceiro permite uma análise conjunta de lugares formados junto a recursos hidrográficos ou localizados em áreas com forma de relevo semelhante. Consideramos uma quarta categoria de unidades de paisagem: as tipológicas, que permite a análise de porções territoriais que apresentam características formais semelhantes, normalmente resultado de intenções de plano análogas²¹.

As unidades de paisagem podem e devem ser redefinidas mediante as diferentes categorias e as características que se querem estudar, permitindo o estudo da mesma área segundo várias perspetivas.

É evidente que para uma análise cartográfica fundamentada esta deve ser colocada em paralelo com a teoria da cidade e do urbanismo²², e com as monografias já existentes sobre o objeto de estudo. Só assim, podemos compreender o contexto que motivou a evolução urbana que se observa.

Salientamos o potencial da metodologia de análise cartográfica descrita, à medida que evidencia as diferentes estratigrafias urbanas, conduzir à identificação dos elementos primários que provocaram a alteração das mesmas. Assim, reconhecem-se os elementos patrimoniais da comunidade e, como tal, o seu valor. Esta identificação é o primeiro passo para a manutenção destes elementos, constituindo um ponto de partida para o seu maior estudo e entendimento, bem como para a criação de uma rede de lugares patrimoniais e o estabelecimento de estratégias para a sua preservação e salvaguarda. Estas devem passar numa primeira instância pela sua maior divulgação junto da comunidade e consequente aumento da valorização do património, mas também pelo esforço para compreender como é que estes elementos podem continuar a desempenhar a sua função de elementos primário e, assim, manter-se útil para a comunidade perpetuando o seu papel ativo na modificação e evolução da forma urbana.

O conceito de *elementos primários* insurge-se como um conceito atual e premente, que nos parece permanecer esquecido e desvalorizado e que deve ser recuperado para a temática da paisagem histórica urbana.

Enfim, basear a investigação sobre paisagens históricas urbanas numa metodologia fundamentada na análise cartográfica apresenta-se-nos como uma solução adequada, na medida em que inclui e evidencia as dimensões urbana, histórica e patrimonial das mesmas. Igualmente, a compreensão da paisagem a que esta metodologia nos conduz, tem aplicabilidade na gestão e planeamento futuros destas várias áreas.

²¹ CARVALHO, 2018: 82.

²² A bibliografia de interesse é muita e variada. A título de exemplo, para além das que se citam ao longo do artigo, acrescentamos algumas de destaque para o desenvolvimento do mesmo: ASCHER, 2001; CASTEX, 1995; CHOAY, 1989; CHUECA, 1968; LE CORBUSIER, 1941; ROSSA, 2002; ROSSA, 2015; ROSSI, 1966; WHITEHAND, 1983.

CASO DE ESTUDO: TERRITÓRIO DA FREGUESIA DE PARANHOS

DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Ao escolhermos a freguesia de Paranhos como objeto de estudo, o trabalho desenvolvido afasta-se dos estudos que toma como modelos, uma vez que se dedica a uma área mais limitada. Até aqui são as cidades que se mantêm no foco das pesquisas realizadas, bem como, dos planeamentos executados, abrangendo uma área mais ao menos alargada. No entanto, e apesar do seu desenvolvimento socioeconómico e urbano se interligarem diretamente com a evolução do núcleo citadino, é frequente que áreas que se encontram atualmente na continuidade da malha urbana de grandes cidades, tenham origem em aglomerados diferentes, tendo outrora constituído os arrabaldes das mesmas. Devido à sua origem distinta é muito natural que estas áreas possuam estratigrafias urbanas e características patrimoniais e culturais distintas. Por este motivo, defendemos que essas áreas, também referidas por Ascher²³ como *periferias imediatas*, justificam o seu estudo de forma independente. A *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*²⁴ diz-nos que «todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da História e, por esse facto, todas elas são históricas» e cremos que esta conceção deve ser aplicada também neste sentido. Acreditamos que a tendência de encarar os antigos arrabaldes como parte de um todo mais alargado, quer a nível de estudos, quer relativamente a planeamento e gestão urbana, tem resultado na fragmentação destes espaços.

Este tem sido também o caso da cidade do Porto, uma vez que os seus planeamentos gerais, têm como objetivo responder às pressões e transformações do centro, englobando indiscriminadamente a generalidade do concelho. Por um lado, esta periferia imediata necessita de ser compreendida para que se possa intervir convenientemente de forma a responder às pressões futuras e corrigir algumas das problemáticas existentes, salvaguardando a sua identidade e património. Mas admitimos também que a sua correta gestão pode continuar a responder às transformações e constrangimentos do centro, como por exemplo, abrandar a lotação turística do centro e contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor. É evidente, que esta premissa se aplica a toda a área limítrofe do concelho, mas estando cientes das diferenças entre os territórios das várias freguesias, também estes devem ser tratados com a devida autonomia e, por isso, dedicamo-nos apenas, e a título de exemplo, à freguesia de Paranhos.

²³ ASCHER, 2001: 63.

²⁴ ICOMOS, 1987: 1.

ANÁLISE DA FORMA URBANA DE PARANHOS

A pouca atenção de que sempre foi alvo por ser uma área periférica refletem-se na escassez de fontes cartográficas disponíveis para utilização na análise pretendida. Por sua vez, a escassez de fontes limita o período de análise, remetendo-o para o intervalo compreendido entre o início do século XIX até à atualidade. Na verdade, mesmo que pretendêssemos abarcar o centro do Porto, o tempo em estudo não seria muito mais alargado, porque dispomos apenas de cartografia pouco rigorosa, essencialmente motivada por necessidades de navegação. A Guerra Civil (1832-1834) e o Cerco do Porto (1832-1833) justificaram a realização e publicação de uma série de cartas topográficas da cidade, com a representação da envolvente da cidade para localização das linhas de fortificação e baterias dos exércitos. Apesar de considerarmos algumas destas fontes como ponto de partida, reconhecemos-lhes alguns problemas, pois apesar de serem várias vezes «reproduções das anteriores [...], a informação surge por vezes contraditória, quer por omissão ou acrescento de elementos [...] [e] há uma ausência de rigor ao nível das medições prévias ou falta delas»²⁵. Estas características e a qualidade e tamanho reduzidos dos suportes digitais a que tivemos acesso tornou a sua análise e edição distinta da que se realizou com as restantes fontes, inviabilizando por exemplo a sua sobreposição. Assim, «atentámos nos elementos que as mesmas indicam, sem nos determos sobre a sua localização exata ou, mesmo, sobre orientações ou escalas»²⁶.

No final do séc. XIX surgiu a planta cartográfica realizada entre 1877 e 1892 e dirigida por Augusto Gerardo Teles Ferreira, que regista «a forma urbana do concelho do Porto, após a industrialização e infraestruturização básica e anterior às fases de planeamento e regularização generalizadas do século XX, constituindo, por isso, um elemento importante para a análise da evolução da forma urbana da freguesia de Paranhos»²⁷. Apesar do seu rigor acrescido, esta planta apresenta algumas inconsistências devido ao tempo prolongado que levou a ser concluída e à realização a várias mãos e por quadrículas. Contudo, devemos ressaltar que, ao contrário das posteriores, nesta carta figura, pelo menos parcialmente, a rede hidrográfica. Para consideração destes elementos na sua totalidade fizemos uso da *Carta Geomorfológica do Município do Porto*.

Já do século XX, consideramos a *Carta Topográfica da Cidade do Porto*, da década de 40, pelo levantamento de António Bonfim Barreiros, juntamente com a *Fotografia Aérea da Cidade do Porto* de 1939-1940, e a *Planta da cidade do Porto* de 1960 como importantes fontes de informação. Admitimos que a fotografia

²⁵ CARVALHO, 2018: 73.

²⁶ CARVALHO, 2018: 82.

²⁷ CARVALHO, 2018: 73.

aérea não prima pelo rigor devido aos efeitos perspéticos naturais de uma imagem fotográfica, potenciados pelo facto de a imagem total ser resultado de uma aglomeração de várias fotografias em que a distância e inclinação da captação em relação ao solo não é constante e em que, conseqüentemente os limites de uma não coincidem com um limites das que a rodeiam. Neste sentido e uma vez que a sua realização é muito próximo do levantamento de António Bonfim Barreiros surge apenas como análise complementar por ser um registo mais imediato, que regista a forma urbana num momento exato, enquanto as outras duas fontes têm períodos de execução mais longos e poderiam representar elementos ainda em fase de execução.

Do mesmo modo, como registos atuais usamos a *Carta Digital do Município do Porto* fornecido pela DMIG, atualizada em 2003, e uma imagem de satélite da plataforma Google Earth do dia 3 de maio de 2018.

Posto isto, procedemos à sua análise como indicado anteriormente. Recorremos aos softwares Adobe Photoshop CS6 e Archicad 21 (versão educação) para editar as fontes de forma a evidenciar as observações que realizamos através da utilização de manchas de cor e da sobreposição das mesmas. Como indicamos anteriormente, este trabalho sobre as fontes cartográficas pretende auxiliar na comunicação de resultados, contudo entendemos que estas podem ter aplicabilidades distintas. A Carta Digital do Município do Porto de 2003 e todas as apropriações que dela apresentamos nesta análise são as que permitem uma leitura mais rigorosa e, portanto, a que poderá dar maior contributo a profissionais do planeamento urbano. As restantes, igualmente essenciais para a leitura histórica da forma urbana de Paranhos, apesar de menos rigorosas pelos vários motivos que descrevemos enquanto apresentamos as fontes cartográficas que utilizamos e, também, por se tratarem de imagens e de reproduções de imagens, constituem elementos de leitura mais empírica para o público em geral.

Inicialmente observamos nas fontes mais recentes a definição do espaço público e privado, entendendo esta dicotomia não com toda a complexidade que pode encerrar do ponto de vista da propriedade, uso e usufruto, mas essencialmente considerando o público como espaço de circulação (Imagem 1). Destes destacamos os espaços verdes. Com esta análise e a observação de campo, pudemos distinguir as diferentes características dos espaços de circulação e tecido urbano, bem como, identificar intenções de planeamento urbano de diferentes épocas (Imagem 2), que a análise e comparação com as fontes anteriores e com documentos de projetos urbanos vieram comprovar. À medida que comparávamos com fontes anteriores mais elementos se destacaram, quer pela escala, quer pelo seu isolamento (Imagem 3 e 4). Tentámos sempre associar estas análises com a sua possível relação com os elementos topográficos.



Imagem 1. Ocupação do território: espaço público-privado. Território da freguesia de Paranhos com indicação dos limites administrativos e distinção entre espaço público-privado sobre imagem de satélite do Google Earth, 3 maio de 2018. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO



Imagem 2. Tipos de planeamento e arruamentos que se destacam na malha urbana. Território da freguesia de Paranhos com indicação dos limites administrativos, tipos de planeamento, espaços ajardinados, arruamentos que se destacam na malha urbana e construções inexistentes em 2003 sobre *Carta Digital do Município do Porto*, 2003. Escala 1:30000. Edição da autora.

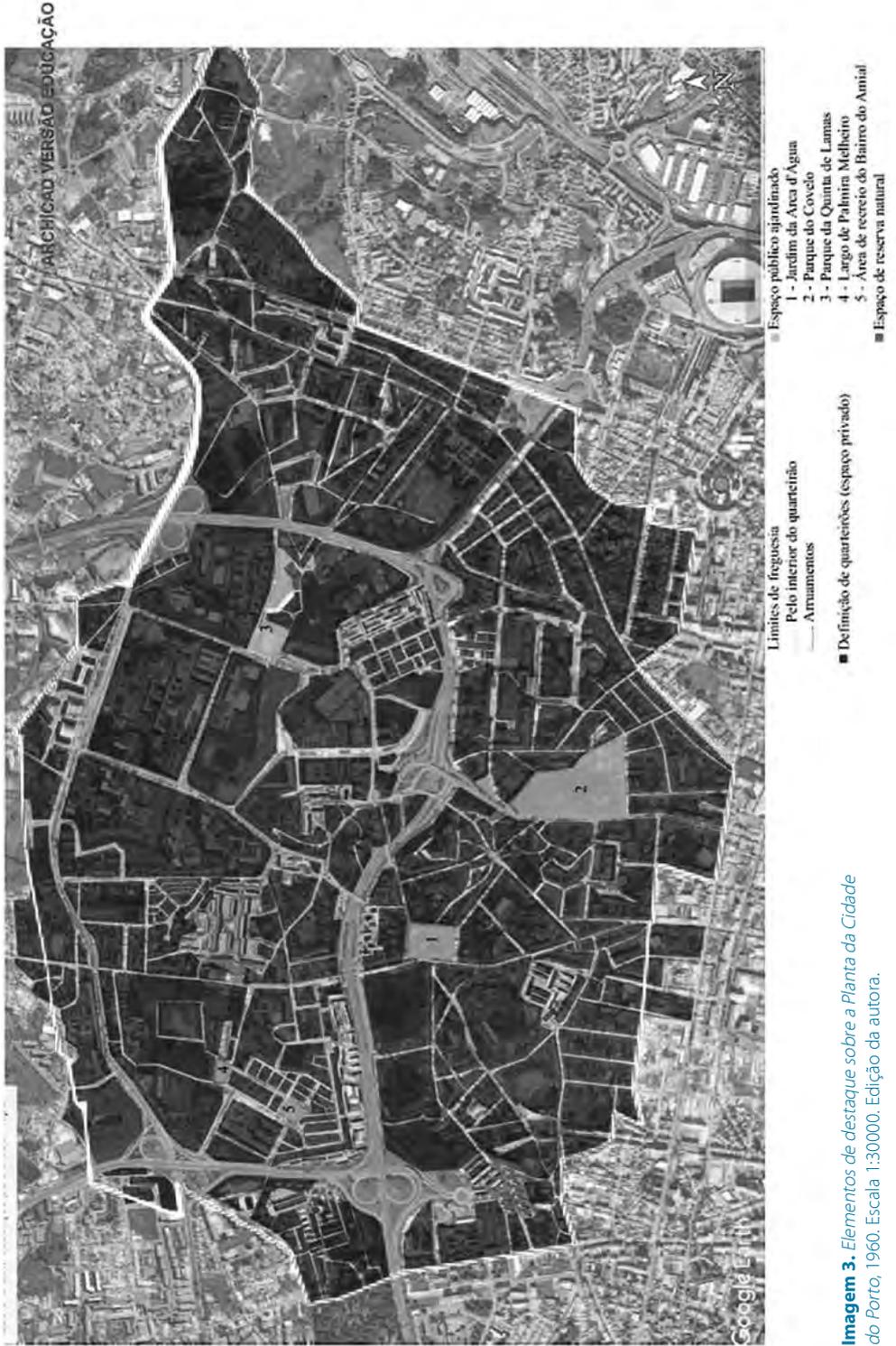


Imagem 3. Elementos de destaque sobre a *Planta da Cidade do Porto*, 1960. Escala 1:30000. Edição da autora.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO



Imagem 4. Elementos de destaque sobre a *Carta Topográfica da Cidade do Porto*, António Bonfim Barreiros, década de 1940. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.

A edição das fontes através de manchas de cor automaticamente evidencia as unidades de paisagens que apresentam características comuns. É possível reorganizar as unidades de paisagem, reduzindo ou aumentando a escala de análise com a adaptação dos parâmetros que queremos abordar. Numa conceptualização mais generalista, distinguem-se quatro áreas, que se podem avaliar enquanto unidades de paisagem topológicas e tipológicas: o sul do território da freguesia, mais próximo do centro do Porto e que apresenta uma malha urbana mais consolidada e maioritariamente residencial, com alguns serviços vicinais; o norte central, constituído por grandes equipamentos de serviços; o noroeste e o nordeste, de características semelhantes, com maior diversidade de malhas urbanas e funções, sendo que núcleos rurais se interligam com planeamentos ortogonais e em que atividades residenciais, industriais e pequenos equipamentos de lazer e serviços coexistem.

Atentando nas características de implantação urbana, podemos considerar unidades de paisagem tipológicas consoante a malha urbana e as características das construções que as compõem. Distinguem-se os lugares mais antigos, pois encontram-se presentes em todas as fontes cartográficas, onde impera a implantação orgânica e ainda se reconhece o caráter e funções rurais, evidenciados por exemplo pela construção residencial na sequência do muro, normalmente de pedra de aparelho tosco, que define o arruamento e que ainda mantém campos de cultivo (Imagem 5). Estas também podem considerar-se unidades paisagem geográficas, uma vez que constatamos que a sua localização está associada à presença de elementos hidrográficos. Nas cartas do séc. XIX observa-se também uma maior concentração urbana em certas ruas, sem que se forme núcleos populacionais como os anteriormente descritos. Por outro lado, podemos salientar unidades de paisagem tipológicas que apresentam planeamento ortogonal regular, mas que se subdividem em três grupos de análise. Um dos grupos configura-se por uma malha regular que define quarteirões de grades dimensões, com edificado à face da rua, cujos lotes foram ocupados e construídos gradualmente e sem intenção de uniformização. Outro caso é o das unidades de paisagem que denotam um planeamento geometrizado constituído por arquitetura residencial standardizada acompanhada de pequenos espaços de lazer e serviços, que se inserem na definição de Françoise Choay de *pseudurbias*²⁸, como reações de escape à cidade da era industrial. E ainda, as que apresentam qualidades que remetem para os ideais de planeamento defendidos na Carta de Atenas²⁹, documento que orientou as intervenções urbanas após o Congresso Internacional de Arquitetos Modernos de 1933.

Destas observações depreendem-se os elementos primários deste território (Imagem 6).

²⁸ CHOAY, 1989: 27.

²⁹ LE CORBUSIER, 1941.

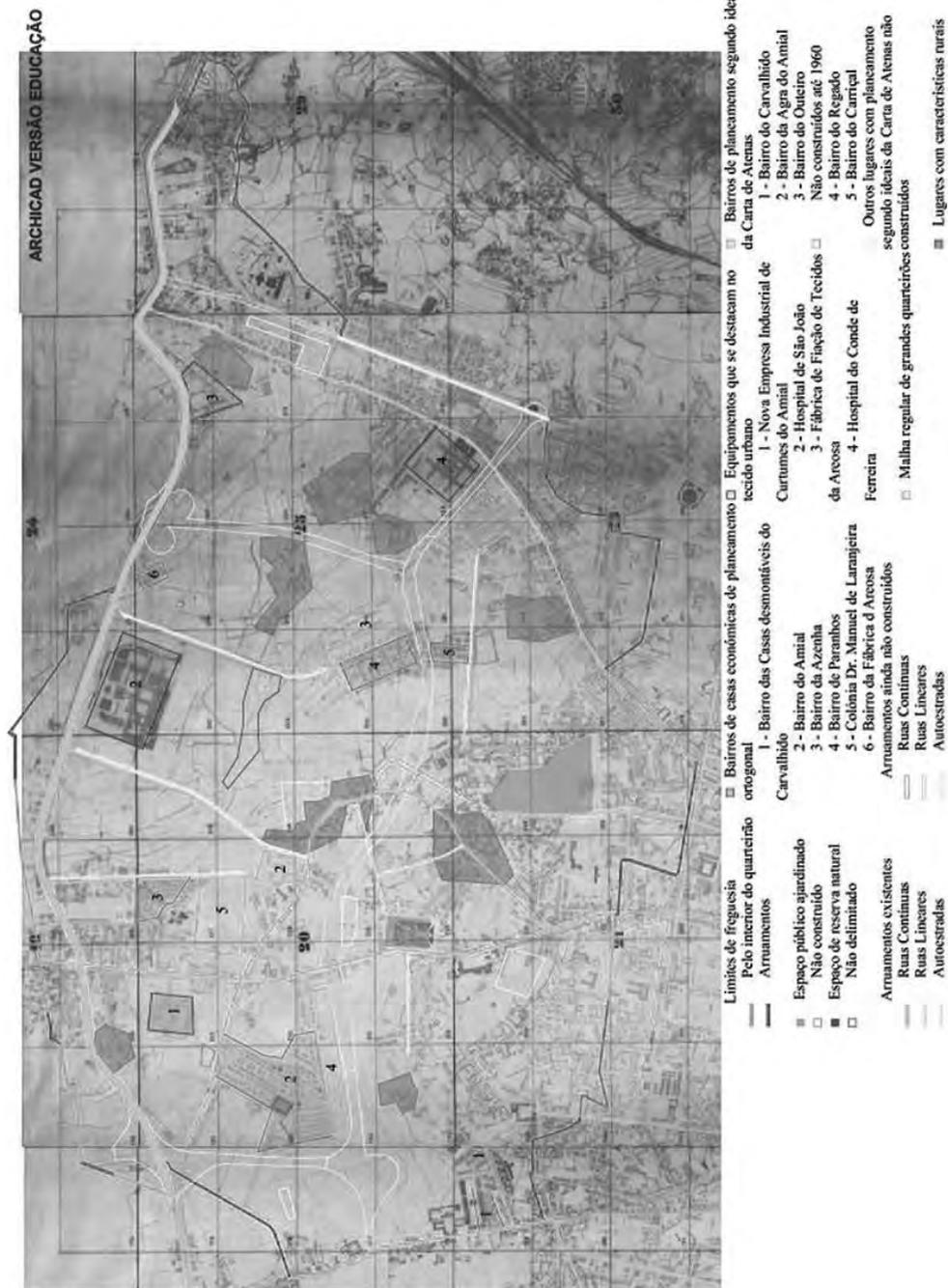


Imagem 5. Ocupação do território: espaço público-privado no final do séc. XIX. Análise da definição de quarteirões e dos espaços de circulação sobre a Carta Topográfica da Cidade do Porto, Augusto Gerardo Teles Ferreira, 1877-1892. Identificação dos lugares referidos nesta carta. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.

ARCHICAD VERSÃO EDUCAÇÃO

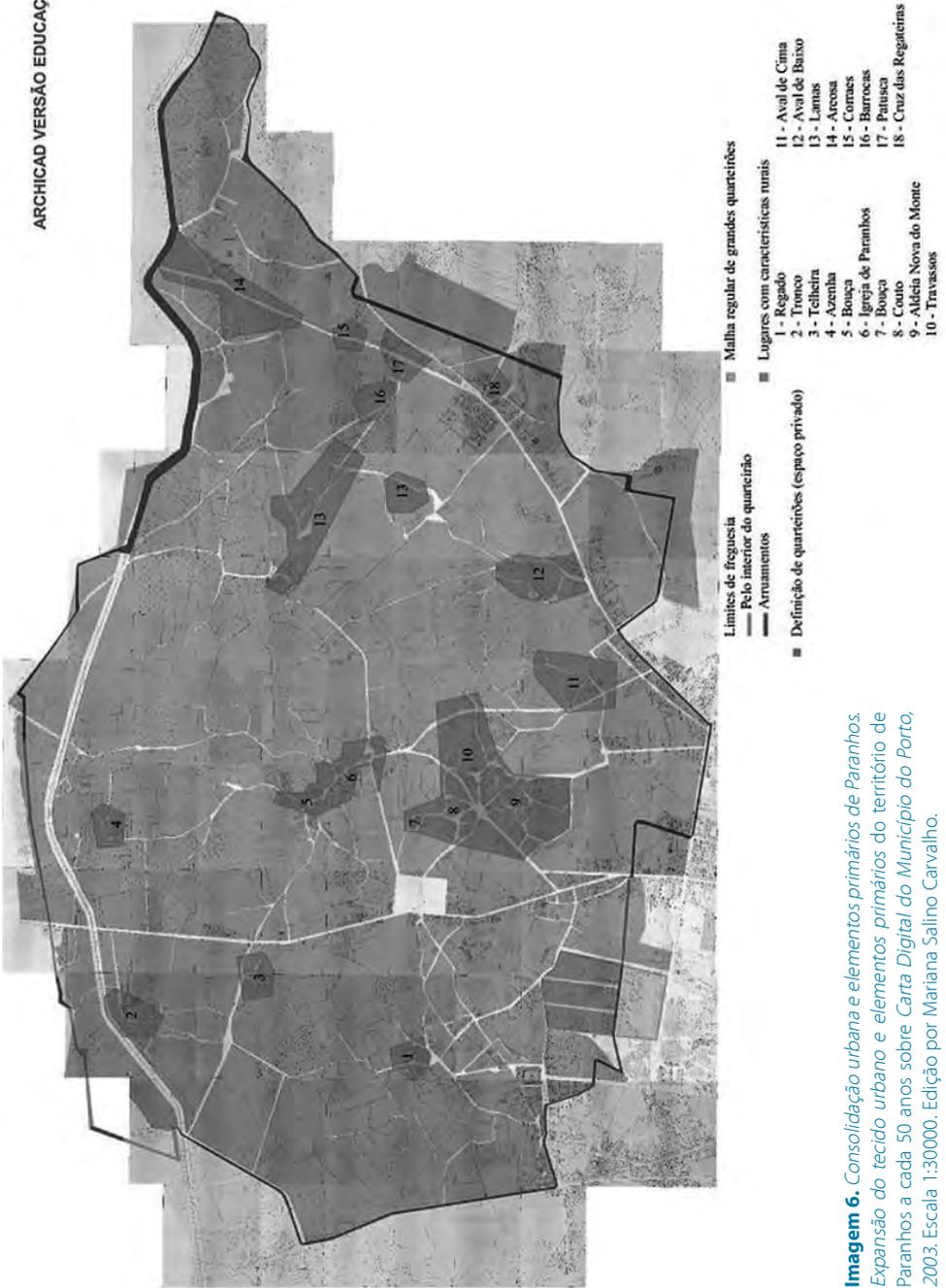


Imagem 6. *Consolidação urbana e elementos primários de Paranhos. Expansão do tecido urbano e elementos primários do território de Paranhos a cada 50 anos sobre Carta Digital do Município do Porto, 2003. Escala 1:30000. Edição por Mariana Salino Carvalho.*

É o caso das estradas de origem romana que saíam do Porto em direção a norte, nomeadamente para Vila do Conde, Braga e Guimarães. Como lugares de passagem frequente, atraíram a fixação de atividades económicas e, consequentemente, de população. A cartografia evidencia ao longo do tempo, inclusive atualmente, a maior conformação e ocupação destes arruamentos, particularmente na sua interseção com outras circulações, como é o caso da Estrada da Circunvalação e a barreira fiscal a ela associada. Assim, estas constituem áreas de paisagem morfológicas.

A hidrografia apresenta-se como elemento primário do território, na medida em que a presença de fontes e regadios motivou a formação dos lugares de características rurais que mencionamos anteriormente, uma vez que a sua atividade principal seria a agricultura. Nestes lugares surgem alguns elementos primários de destaque que influenciaram um maior crescimento dos mesmos. É o caso da Arca d'Água, como recurso hídrico abundante e, mais tarde, pelo jardim público em que é transformada, e a Igreja Paroquial.

No início do séc. XX, o território de Paranhos tornou-se palco das respostas para o problema de crescimento demográfico desenfreado e insalubridade do centro, construindo-se aqui várias indústrias e bairros residenciais e, mais tarde, realizam-se grandes alterações no sistema de circulação, inseridas em planos reguladores do centro histórico, e estabelecem-se grandes equipamentos de serviços. É evidente que estas intervenções tiveram um impacto imediato na forma urbana deste território. Todavia também foram potenciadoras de novas transformações e contínuo desenvolvimento da cidade, na medida em que, pela criação de emprego e oferta de serviços, atraíram nova e diversificada população que, por sua vez, introduziram novas dinâmicas sociais e económicas e contribuíram para uma maior urbanização, patente na construção de edificado residencial, infraestruturas de circulação, equipamentos e espaços de lazer, e na alteração e maior polarização dos usos do espaço. Assim, estes dois séculos trouxeram grandes alterações à morfologia urbana de Paranhos. A análise da sua estratigrafia urbana revela um adensamento da malha citadina, tendo o seu território perdido uma grande superfície rural e atividades associadas. No seguimento desta análise, defendemos que Paranhos se configura por um «território heterogéneo do ponto de vista da forma urbana e também ao nível das atividades diárias, características sociais e culturais com que esta se relaciona diretamente»³⁰ e «acreditamos que em parte se revitalizou ao se adaptar continuamente às novas necessidades da comunidade, mas que ao mesmo tempo foram sendo comprometidas algumas das características que compõem o seu *spiritu locci*»³¹. Cientes de que a cidade

³⁰ CARVALHO, 2018: 128.

³¹ CARVALHO, 2018: 167.

não é imutável e, na sua condição de espaço onde as atividades humanas sociais e económicas se realizam, tem de se transformar para dar resposta a evolução dos modos de vida, devemos atentar nas sua problemáticas, para se corrigir o impacto das intervenções que se vocacionavam para a generalidade do concelho e visavam resolver as pressões do centro, esquecendo as pré-existências deste território periférico e o valor das mesmas e as suas próprias tendências e necessidades. Ao mesmo tempo, conhecendo a estratigrafia urbana, as dinâmicas que nela tomam lugar e o seu património, podemos assegurar que estas transformações sucedam da forma mais eficaz e mantendo a identidade do lugar e suas comunidades.

Como formalizar este objetivo?

Numa primeira etapa, cremos ser imprescindível que o reconhecimento dos elementos patrimoniais que elaborámos na nossa obra anteriormente citada se aprofunde e divulgue, quer por se tornar acessível digitalmente, quer através de suportes físicos fixos, ou ainda eventos culturais permanentes ou temporários. Pois, é essencial que estes sejam considerados e valorizados pelos órgãos de gestão e pela própria comunidade.

Também julgamos «necessário revalorizar o património rural desta freguesia, cuidando da preservação e envolvente dos núcleos rurais, contudo conscientes de que a atividade primária já não é nem poderia ser a atividade principal de uma área urbana tão próxima da cidade do Porto»³². Apontamos, por exemplo:

O caso mais flagrante e que exige maior intervenção é, sem dúvida, a requalificação do núcleo rural em que se insere a Igreja Paroquial de São Veríssimo de Paranhos, que foi descaracterizado pela abertura da VCI e seus acessos, resultando na perda do seu carácter local, de vivência e de encontro, apresentando uma escala e organização espacial favorável à circulação automóvel e não à fixação de atividades humanas. Consideramos que esta reformulação passaria pela realocização dos acessos a esta via de trânsito rápido e pela transformação do Largo da Igreja de Paranhos.

Mas também a recuperação e preservação de alguns elementos do património rural, como é o caso do lugar de Lamas, cuja revitalização se iniciou com a construção do parque da Universidade, mas cuja relação com a ruína da Quinta de mesmo nome deve ser repensada para que esta possa ter algum significado para o lugar, não sendo encarado apenas como «adorno» cuja manutenção é, se não impossível, um fardo, quando na realidade pode tornar-se uma mais-valia.

Conclui-se que o método proposto é adequado ao estudo do território e aos objetivos que se pretendiam atingir, pois a abordagem focada no próprio objeto em análise e na observação, comparação e edição das suas várias representações

³² CARVALHO, 2018: 167.

ao longo do tempo através da cartografia e sua confrontação com fontes documentais escritas e de projeto revelou ser profícua para a análise dos elementos urbanos pretendidos, principalmente em relação à compreensão e desenho da estratigrafia urbana do território.

A metodologia ensaiada permitiu-nos também a identificação dos elementos primários do território em estudo, isto é, aqueles que, apresentando no tempo apenas uma ou várias funções, constituem factos urbanos geradores da forma urbana da cidade, e que, por isso, são também eles património a salvaguardar. Contudo devemos reconhecer algumas limitações do método para esta abordagem. Admitimos que a abordagem a partir das fontes cartográficas apenas permite identificar o edificado ou intervenções urbanísticas que se destacam por uma implantação diferenciada, isolada ou de escala considerável. Isto, em conjunto com o período de tempo alargado que separa cada uma das fontes cartográficas poderá significar que alguns elementos primários ficam omissos. Assim, neste caso de estudo não se abordou todo o património da freguesia, existindo muitos outros elementos notáveis por motivos distintos, como representantes de estilo arquitetónico específico, elementos comemorativos e honoríficos e património imaterial, entre outros.

Este trabalho pretende ser um contributo e um ponto de partida para o estudo e valorização da freguesia de Paranhos, e para o conhecimento, salvaguarda e gestão do seu património. Espera-se também estar a potenciar a tomada de consciência para a necessidade de planos urbanos vocacionados exclusivamente para este território, bem como para outros periféricos, que permitam planear o futuro mantendo as suas características fundamentais e assegurando o seu desenvolvimento sustentável. Esperamos que esta perspetiva de análise do território seja um contributo para futuras investigações de fundo histórico e urbano, aplicando-se, por exemplo, às restantes freguesias da cidade do Porto.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1981) – *Território Paroquial de Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização*. «Nova Renascença». Porto: Associação Cultural Nova Renascença, vol.1, n.º 2, p. 202-212.
- ____ (1986) – *A Paróquia e o seu Território*. In CARVALHO, Abílio Lima de (dir.) – *Cadernos do Noroeste*. Sociedade, Espaço, Cultura. Braga: Universidade do Minho, (Abril), p. 113-130.
- ____ (1988) – *Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho, nos séc. XII e XIII*. Separata do Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. II, p. 65-70.
- ____ (1995) – *Caminhos Medievais do Norte de Portugal*. In *Xunta de Galicia. Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago*. Itinerários Portugueses. S.L.: Autor – Centro Regional de Artes Tradicionais, p. 339-356.

- ASCHER, François (2001) – *Novos Princípios do Urbanismo*. (ed. 2010). Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, Mariana Salino (2018) – *Paranhos e a sua morfologia urbana – o estudo da forma urbana para a compreensão e salvaguarda do património da freguesia*. Relatório de Estágio de Mestrado apresentado a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CASANOVA, Maria José (2015) – *A Extinção das Ordens Religiosas e os Conventos do Porto. Transformação, Rupturas, Continuidades*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- CASTEX, Jean (1995) – *Histoire de la forme urbaine*. In CASTEX, Jean et al (1995) – *Histoire urbaine, anthropologie de l'espace*. Paris: CNAS.
- CHOAY, Françoise (1989) – *The Modern City: planning in the 19th century*. New York: George Braziller.
- CHUECA GOITIA, Fernando (1968) – *Breve Historia del Urbanismo*. (5.^a ed.: 1978) Lisboa: Presença.
- LE CORBUSIER (1941) – *La Charte d'Athènes*. (ed.: 1957) Paris: Éditions Minuit.
- OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo (2013) – *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: Universidade do Porto Editorial.
- _____ (2016) – *Urban Morphology: introduction to the study of the physical form of cities*. [S.I.]: Springer.
- PANERAL, Philippe (1999) – *Análise Urbana*. (ed. 2006) – Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em <<https://uffanaliseurbanismo.files.wordpress.com/2017/07/analise-urbana-philippe-panerai.pdf>>, acessado em 28/12/2019.
- ROSSA, Walter (2002) – *A urbe e o traço – uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.
- _____ (2015) – *Fomos Condenados à Cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/36618>> acessado em 23/12/2019.
- ROSSI, Aldo (1966) – *A Arquitetura da Cidade*. (trad.: 1997) Lisboa: Edições Cosmos.
- SÁINZ GUERRA, J. L. (1989) – *Cartografía y ciudad*. Ayuntamiento de Valladolid: Ediciones Grapheus.
- WHITEHAND, J.W.R. (1983) – *Land-use structure, built-form and agents of change*. In DAVIES, R.L.; CHAMPION A.G. (1983) – *The future for the city center*. Institute of British Geographers. Orlando: Academic Press.
- Carta Digital do Município do Porto, 2003*. Escala 1:15000. Fornecida pelos serviços da CMP-DMIG.
- Carta Geomorfológica do Município do Porto*. Cedida pelos serviços de Património Cultural da DMMP.
- Carta Topográfica da Cidade do Porto, António Bonfim Barreiros, década de 1940*. Quadrículas: 161-163, 174-180, 190-197, 207-215, 225-233, 243-252, 260-268, 277-284, 295-301, 311-316, 328-330, 343-344. Fornecida pelos serviços da CMP-DMIG.
- Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939 – 1940*. [F-NV/LA-CX1/9 Fiada 17 a 23A]. Acessado a 18 nov 2018, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?q=Fotografia+a%3%A9rea+da+cidade+do+Porto+1939-1940>
- Planta da Cidade do Porto, 1960*. AHMP. [G-01/2015]. Acessado a 10 jul 2018, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/638869/?q=Planta+da+Cidade+do+Porto%2C+1960>

Planta topográfica da cidade do Porto, 1884-1892. [D-CDT/A4-51; Quadrículas: 183-189, 201-209, 220-229, 240-250, 261-271, 282-292, 303-312, 323-332, 343-351, 362-369, 380-382, 397-398]. AHMP. Acedido a 18 nov 2018, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?creator=&q=Planta+topografica+teles+ferreira>

ICOMOS, *Carta Internacional Para A Salvaguarda Das Cidades Históricas*. Washington. Outubro de 1987. Acedido a 1 mai 2018. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADES HISTORICAS.pdf>

UNESCO, *Recomendação Sobre A Salvaguarda Dos Conjuntos Históricos E Da Sua Função Na Vida Contemporânea*. Nairobi (Quênia). 26 de novembro de 1976. Acedido a 1 maio 2018. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntos-historicos1976.pdf>

UNESCO, *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Paris. 10 de novembro de 2011. Acedido a 1 mai 2018. Disponível em https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf.